

Cláudio Manoel da Costa

O letrado dividido

Laura de Mello e Souza. *Cláudio Manoel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Coleção Perfis Brasileiros.

Mariana Lambert Passos da Rocha

Pesquisadora do Arquivo Nacional.

Nas últimas décadas do século XX, em meio à renovação dos temas, objetos e métodos da história, assistimos a uma retomada da biografia como gênero histórico. Relegada ao ostracismo por sua associação a uma história “historicizante”, *événementielle*, centrada na vida dos grandes homens – contra a qual tinha se batido a primeira geração da *Escola dos Annales*, ainda na década de 1930 –, a biografia ressurgiu no bojo da *nova história cultural*. Os estudos biográficos inseridos nessa perspectiva, como é



o caso dos trabalhos da micro-história italiana, sepultariam de vez a figura do herói, colocando em evidência o homem “comum”.¹

A biografia do poeta inconfidente Cláudio Manoel da Costa, de autoria da historiadora Laura de Mello e Souza, integra a coleção Perfis Brasileiros, publicada pela editora Companhia das Letras, figurando ao lado de grandes nomes da história do Brasil, como d. Pedro II e Getúlio Vargas, aparentemente na contramão da atual tendência historiográfica.

Entretanto, logo de início somos surpreendidos pela autora, que elege o nome do poeta como objeto de análise, ponto de partida metodológico frequente nas biografias micro-históricas.² Investigando listas onomásticas de batizados e óbitos, de escravos e letrados, de vereadores e dizimistas nos arquivos mineiros, ela constata a raridade de “Cláudios” entre os habitantes das minas setecentistas. Analisa as escolhas dos pais de Manoel da Costa para nomear os filhos, verificando indícios de uma certa admiração pela França, traço de alguma sofisticação. Hipótese que se repetirá ao longo do livro: a do apreço do casal pela cultura.

Por outro lado, observa a ambiguidade instaurada no batismo que o acompanharia por toda a existência: “Cláudio Manoel só ele: metade romano, refinado, antiquíssimo; metade português, ordinário, banal”.³ A dualidade se expressaria ainda em sua genealogia. Seu pai português, vindo do interior da metrópole para tentar a vida nas minas, e sua mãe descendente da nobreza paulista. O conflito entre paulistas e emboabas, do qual era filho, mais tarde ganharia os versos do seu poema *Vila Rica*. Assim, a história do nascimento de Cláudio é também a da sociedade mineira à época da mineração, na qual levas de pessoas eram atraídas de toda parte do Império português em busca de ascensão social. A situação específica do casal João Gonçalves da Costa e Teresa Ribeiro de Alvarenga, pais de Cláudio, é cotejada com o contexto geral e adquire sua particulari-

dade: “João Gonçalves fizera como cerca de 15 ou 20 mil outros portugueses que, nos quinze primeiros anos da mineração – até por volta de 1715, portanto – tentaram a sorte nas Minas”.⁴

Contudo, naquela sociedade de aventureiros ávidos pelo enriquecimento fácil, seus pais destoavam pelos sinais de instrução, já identificados por Mello e Souza nas escolhas dos nomes dos filhos, e, sobretudo, no fato de terem enviado à Universidade de Coimbra cinco dos filhos homens, quando isso ainda não era hábito na colônia. O investimento na educação dos filhos contrastaria com as posses da família que não ultrapassariam, em cálculo otimista, sete contos de réis. A autora compartilha com o leitor o problema suscitado pela pesquisa: o casal seria uma exceção ou sabemos pouco a respeito das aspirações dos habitantes das minas?

Uma das gratas descobertas do trabalho é o inventário *post-mortem* do pai de Cláudio, que permite empreender uma análise da vida material da família. Os objetos listados no documento, como engenho de pilão para socar, roda de mandioca, tronco com dez buracos de pescoço, quatrocentos alqueires de milho, ferramentas de trabalho, animais, móveis, roupas, armas, objetos de cozinha, oratório, enxoval remetem às atividades da vida cotidiana, hábitos alimentares, vestuário e à religiosidade.

Novamente pontuados ao longo do texto traços de alguma distinção a despeito da simplicidade da vida material: “O enxoval também não era digno de nota: meia dú-

zia de lençóis e fronhas de linho, outros tantos de Bretanha, uns de casal, outros de solteiro. A referência a cinco toalhas de mão revela talvez algum requinte, um indício de costumes mais polidos”.⁵

Apesar da surpresa do inventário, as fontes para uma genealogia de seu biografado seriam escassas. Diante da insuficiência de dados diretos, Mello e Souza se lança ao desafio de escrever uma biografia possível, como faz questão de expor ao longo da narrativa – uma história das incertezas. A partir do único registro autobiográfico deixado por Cláudio, em que afirma ter deixado Minas Gerais para estudar com os jesuítas no Rio de Janeiro, por volta dos quatorze ou quinze anos, conjectura a autora:

Talvez tenha sido levado pelo tio, (...) talvez tenha viajado com o pai, ou sozinho (...). Se de fato só chegou ao Rio em meados de 1747, Cláudio perdeu a entrada triunfal do bispo d. Antônio do Desterro, ocorrida em 1º de janeiro daquele ano. Mas pode ser que desse uma ou outra escapadela para espiar os espetáculos exibidos na casa de ópera então existente num logradouro onde hoje se encontra a rua da Alfândega.⁶

A biografia torna-se, portanto, um exercício de pensar os limites e possibilidades de um homem em seu tempo. A história possível é, assim, a história das conjecturas, das possibilidades.

“Certo e documentado” foi o ingresso de Cláudio Manoel na Universidade de Coimbra no curso de direito canônico. Contudo, as

prováveis situações e experiências vividas pelo poeta são imaginadas, sempre a partir de outras referências ao contexto histórico. Deveria usar cabeça raspada ou cabelo curto, já que assim determinava o estatuto da Universidade. É plausível que tenha dividido apartamento, pois morar sozinho seria muito dispendioso. Frequentaria seis horas diárias de aulas e tomaria parte nas distrações da cidade, conforme a rotina de um estudante universitário na Coimbra setecentista. Mais uma vez, elocubra acerca das possibilidades biográficas ao cotejar supostas experiências vividas por Cláudio com acontecimentos da época de forma a refletir sobre os limites daquele tempo.

Segundo Mello e Souza, os anos de estudo na Metrópole teriam sido determinantes para intensificar no jovem os conflitos internos, ao acentuarem o contraste entre o ambiente culto e letrado dos centros europeus com a rudeza de costumes da longínqua vila colonial em que nascera. Seria um homem marcado pela permanente tensão entre o mundo da natureza, da paisagem mineira, e o mundo da cultura, das cidades, dicotomia que se revela em sua obra poética. Em Coimbra, teria aprimorado sua vocação para a poesia, pelo acesso às obras clássicas seiscentistas, decisivas para a sua formação, e pelo convívio em círculos literários. Naquela cidade, aos vinte anos, publicaria seus primeiros poemas. Forçado a voltar a Mariana após a morte do pai, talvez pressionado pela mãe, como sugere a autora, encontra a vila da infância transformada. Através dos poemas de

Cláudio, Laura de Mello e Souza enxerga indícios de que a atividade mineradora estava alterando a paisagem e observa o estranhamento do poeta com as mudanças, tomando, mais uma vez, a poesia como fonte para a história. Mariana fora elevada à cidade e sede do bispado. Vila Rica também sofrera modificações. Cláudio construiria sua vida privada e pública neste espaço exíguo entre Mariana e Ouro Preto.

Perseguindo a trajetória de Cláudio Manoel na administração das vilas mineiras, o livro acaba por nos explicar algo do funcionamento, da organização administrativa do Império português. O bacharel iniciou sua carreira no cargo de almotacel⁷ da Câmara Municipal de Mariana, em 1754. Sua formação em Coimbra e a boa posição social lhe facilitariam a ascensão no serviço público. Em Vila Rica, atuou por mais de três décadas na Câmara Municipal como vereador e juiz ordinário.

Advogado inserido na lógica da administração pública portuguesa, estreitou o convívio com as oligarquias locais nos anos em que atuou na Câmara, construiu redes de sociabilidade com os chamados *homens bons*, e alcançou postos mais altos, chegando a procurador substituto da Coroa e da Fazenda, secretário do governo de Minas e juiz na demarcação de sesmarias. As boas relações lhe garantiram ainda o êxito na carreira privada de bacharel. Tornou-se advogado dos grandes homens de negócios de Minas, os contratadores. Acumulava certidões e documentos relativos a todo cargo ou função pública que

desempenhava, no intuito, sempre frustrado, de ser procurador da Coroa e Fazenda. Para discutir a participação de Manoel da Costa na vereança e configurar o ambiente das câmaras, a autora apresenta alguns registros das atividades das Câmaras Municipais de Mariana e Vila Rica.

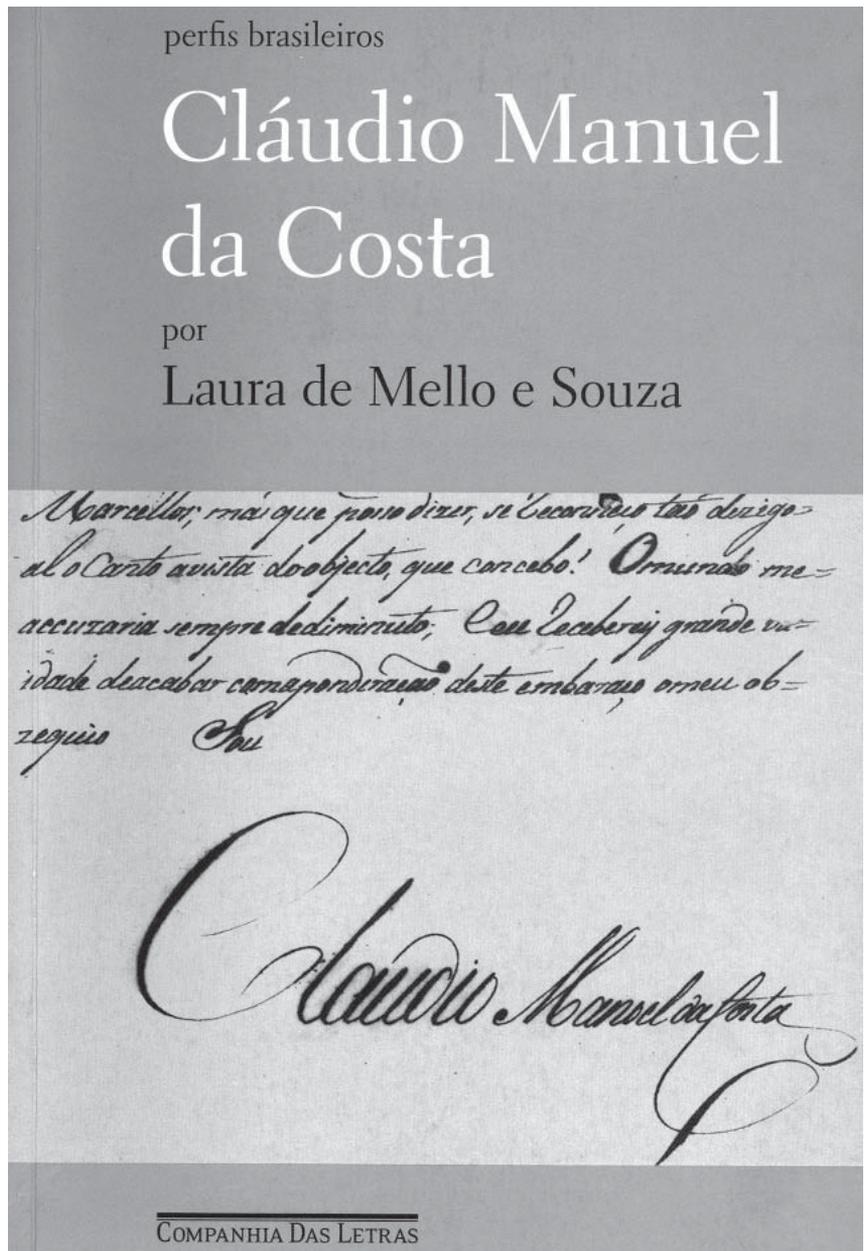
Fonte também é a biblioteca de Cláudio Manoel da Costa, um dos advogados mais requisitados de Vila Rica, na década de 1760. Os livros diriam algo da formação do bacharel em direito canônico, reafirmando sua formação jesuítica e escolástica. Um solitário tomo de Antônio Vanguerve Cabral adotado na Universidade de Coimbra, pós-reforma, é apontado como indício de uma abertura à renovação. Nesse sentido, os processos instruídos por ele, também analisados, demonstram que muitas vezes recorreu ao direito natural e ao costume, em consonância com as novas tendências ilustradas.

A partir dos dados das derramas e do sequestro de seus bens, verifica-se que Cláudio tinha uma situação econômica privilegiada. Entre os advogados de Vila Rica, era dono do segundo maior plantel de escravos e um dos maiores proprietários de terras. Conseguiu aumentar o patrimônio deixado por seu pai, corroborando a tese da ascensão social nas colônias – propiciada pelos serviços prestados à Coroa nas conquistas, ou pelas novas atividades econômicas abertas pela colonização.

Descendente de lavradores analfabetos do interior de Portugal tornara-se um homem de letras na colônia ultramarina, bacharel

por Coimbra. Mas a busca pela distinção social, representada pela conquista de um título nobiliárquico, marca indispensável de prestígio e de reconhecimento social, lhe seria permanentemente negada. Laura lança mão do processo para obtenção do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, com vistas a demonstrar as dificulda-

des enfrentadas por Cláudio Manoel em alcançar a honra e a estima desejadas. Viviam-se um período de transição, em que os portadores de “defeito mecânico”, ou que não tivessem “pureza de sangue”, deveriam recompensar sua falta através de benefícios pecuniários à Coroa. Assim o fez o bacharel.



Paralelamente à vida na administração pública, o poeta permaneceria cantando as musas e os governadores, aos quais frequentemente dedicava poemas elogiosos, como *O parnaso obsequioso*, ofertado ao conde de Valadares, governador das Minas entre 1768 e 1773. Fora o primeiro poeta residente nas Minas a ter seus versos impressos na Metrópole, em 1768. Apesar da fama na colônia, em Portugal era desqualificado, visto por alguns como um *letrado de aldeia*. Mello e Souza discute o preconceito dos reinóis em relação aos poetas lusobrasileiros e lembra que a rixa talvez se explique pelo tom que a Ilustração adquire dos dois lados do Atlântico. Nossos poetas eram pombalinos, defendiam as reformas de caráter ilustrado empreendidas pelo primeiro-ministro de d. José I. Já nobres portugueses, como a marquesa de Alorna – que em correspondência privada deprecia a obra de Cláudio Manoel –, haviam sido duramente perseguidos pelo marquês.

De todo modo, os círculos literários e as academias informais, como a dos poetas árcades, afirmavam-se como espaços de sociabilidade das elites letradas mineiras e chegavam a ocupar o Palácio do Governo. Os homens de letras trocavam impressões sobre seus poemas, além de ideias e livros. Algumas bibliotecas particulares das Minas Gerais estavam entre as maiores da América portuguesa. A historiadora destaca a de José Pereira Ribeiro e a do cônego Luís Vieira da Silva analisando as leituras que, certamente, percorriam outras mãos. O meio urbano facilitava a circulação dos livros e o empréstimo

burlava as limitações da censura, permitindo a terceiros a leitura de obras autorizadas apenas para seus donos.

Em 1784, com a chegada do novo governador das Minas, Luís da Cunha Meneses, a poesia volta-se contra os administradores portugueses, que até então enaltecia. As elites locais ligadas à extração do ouro, entre elas o grupo dos poetas árcades, vê seus interesses afrontados. As reuniões literárias restringem-se aos espaços privados. Data dessa época as *Cartas chilenas*, poemas satíricos que criticavam duramente o governador, apelidado de Fanfarrão Minésio. Embora atribuída a Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio teria tomado parte na obra, escrevendo a *Epístola a Critilo*. Lembrando a ascendência que Manoel da Costa tinha sob os poetas mais jovens, Mello e Souza sugere que possa ter sido consultor permanente das *Cartas*.

A rede de sociabilidade literária crescia, ultrapassava os limites de Vila Rica e Mariana, agregando outras vilas mineiras como São José do Rio das Mortes e São João Del Rei e o distrito Diamantino. A casa de Cláudio seria um dos espaços de reunião dessa elite ilustrada mineira, cada vez mais insatisfeita com os rumos da administração da capitania.

Embora ligado à administração, perseguidor de cargos públicos e títulos nobiliárquicos, Cláudio tomou parte nas discussões sobre os rumos da capitania. O poeta-bacharel vivia bem os conflitos da sociedade mineira. Mantinha uma relação longa com Francisca Arcângela, escrava com quem teve

cinco filhos. Publicamente era um homem solteiro, já que a sua posição social e as honrarias que ambicionava lhe impossibilitavam de assumir a companheira. Crescera numa sociedade complexa e tensa onde a escravidão assumia contornos particulares. A compra da alforria era facilitada pela mineração, resultando em maior número de forros e em uma sociedade mais mestiça e submetida à crescente vigilância. Cláudio teria se familiarizado desde cedo com a cultura popular de protesto, típica das Minas setecentistas, sujeita a variados sistemas de tributação de impostos pela metrópole. Por outro lado, era advogado e financista dos contratadores, cada vez mais endividados com as crescentes exigências metropolitanas. A ameaça de *derrama* atingiria em cheio suas finanças.

Com a queda constante na arrecadação do ouro, a Coroa toma medidas mais rígidas para fiscalização da região mineradora, dando ordens ao novo governador visconde de Barbacena, que tomaria posse em 1788, para fazer cumprir a derrama, cobrança do imposto devido à Coroa. Os ânimos exaltaram-se e as reuniões sediciosas envolvendo letrados, burocratas, contratadores, militares e até religiosos tornaram-se cada vez mais constantes. Alimentavam-se das leituras ilustradas da França e de resumos das leis da recém-proclamada República dos Estados Unidos da América que se tornara independente da Inglaterra.

Anfitrião e participe das discussões, Cláudio começa a se afastar quando percebe a dimensão que as conversas estavam

tomando. Logo o debate extrapolou os limites do espaço doméstico alcançando as tabernas e ruas. Não tardou para que, em troca do perdão de suas dívidas, alguns contratadores denunciassem a conspiração. Em 10 de maio de 1789, o alferes Tiradentes foi preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Em seguida, nos dias 22 e 24 daquele mês, foram os poetas Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Cláudio Manoel da Costa permaneceria recluso em sua casa, amedrontado. Finalmente, em 25 de junho de 1789, foi levado como suspeito à casa do Real Contrato das Entradas, atual Casa dos Contos.

Segundo o “auto das perguntas feitas ao doutor Cláudio Manuel da Costa”, utilizado por Mello e Souza como fonte, o advogado ao ser inquirido antecipou-se na denúncia aos companheiros e defendeu-se das acusações. Alegou encarar as ideias sediciosas levantadas nas reuniões como brincadeiras, indignas de serem levadas a sério. Menos de quarenta e oito horas após o interrogatório foi encontrado morto.

O corpo do poeta, dependurado por um cadarço num cubículo da Casa dos Contos, dividiria gerações de estudiosos em torno das versões de assassinato ou suicídio. Que papel atribuir a Cláudio na Inconfidência Mineira, como sustentá-lo como herói, se heróis não se suicidam?

Laura de Mello e Souza empreende uma narrativa dos possíveis pensamentos e emoções que atormentaram o poeta em seus últimos momentos e que o teriam levado a cometer suicídio. Recorre ao perfil

psicológico de Cláudio Manoel da Costa delineado ao longo do livro, evocando mais uma vez os seus poemas, e aposta na tese do suicídio como uma resposta à sua alma dilacerada por conflitos internos. Corroído pelo remorso de ter denunciado os amigos, ciente das consequências do crime de lesa-majestade (uma vez que era advogado) e humilhado pela desonra pública. Alerta a autora: “não há base documental para essas cogitações, que contudo são plausíveis”.⁸ A história mais uma vez permite-se imaginar, indo além da evidência documental, embora amparada em fortes evidências.

A morte de Cláudio Manoel, episódio até hoje controverso, seria *um dos pontos nevrálgicos da memória nacional*. Drama

coletivo evocado na fala do escritor Graciliano Ramos quando feito personagem em livro de Silviano Santiago: “– Que força é essa dentro de mim que não pode admitir que Cláudio tenha se suicidado na Casa dos Contos?”.⁹

Repassa ao leitor as prováveis questões que o atormentavam, transportando-nos àquele cubículo, compartilhando os dilemas morais vividos pelo poeta, tornando-nos cúmplices do suicídio do homem, quando o herói já não fazia sentido, quando já não era um herói aquele que entrara na cela. “Nunca se saberá se o fez por desespero ou excesso de razão. Se porque viveu dividido e nunca se encontrou, ou porque dividido que era, resolveu, afinal, juntar os pedaços. A seu modo”.¹⁰

N O T A S

1. Ver VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
2. Ibidem, p. 138.
3. SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manoel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 21. Coleção Perfis Brasileiros.
4. Ibidem, p. 19.
5. Ibidem, p. 39.
6. Ibidem, p. 48 e 52.
7. Almotacé ou Almotacel. Ver verbete do site de *História-Luso Brasileira do Arquivo Nacional*. Almotacel – Juiz eleito pela Câmara, encarregado da inspeção dos pesos e medidas, da regulamentação dos preços dos gêneros alimentícios, da limpeza da cidade e outras funções no âmbito da segurança pública. De acordo com o costume e as leis portuguesas, esse cargo só poderia ser ocupado pelos chamados “homens bons”. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>>.
8. SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manoel da Costa*, op. cit., p. 190.
9. Ibidem, p. 194.
10. Ibidem, p. 190.

Recebido em 21/11/2011

Aprovado em 16/12/2011